

TOTALITARISMO DE RESULTADOS

Marcos Guterman*

ALY, Götz. *Hitlers Volksstaat – Raub, Rassenkrieg und nationaler Sozialismus*. S. Fischer Verlag, Frankfurt am Main, 2005.

Passados 60 anos do fim da Segunda Guerra na Europa, cabe finalmente aos alemães contar a história do seu ponto de vista. Não é uma tarefa fácil, num país que ainda acorda à noite em meio ao pesadelo da barbárie cometida por seus pais e avós – isto é, a apenas uma geração de distância, o que é muito pouco quando se trata de história. O grande desafio, a julgar pelos resultados dessa iniciativa, é compreender o papel dos alemães comuns na guerra – algozes, vítimas, cúmplices ou tudo isso somado.

Essa espécie de auto-análise tardia começa a tomar forma em várias áreas da produção alemã, como o cinema, com o filme *A Queda* – relato explícito dos últimos dias de Hitler – e a literatura, com *A passo de caranguejo*, de Günter Grass, dedicado a mostrar que houve vítimas inocentes também do lado alemão na Segunda Guerra.

Na historiografia, a vanguarda é ocupada agora por Götz Aly, autor de *Hitlers Volksstaat (O Estado Hitlerista do Povo)*, que ousa contrariar um crescente e confortável senso comum na Alemanha, segundo o qual o Dia da Vitória foi também o dia da libertação alemã. Apesar disso, e das mais de mil notas de rodapé, o livro se tornou um sucesso no país.

O texto de Aly surge na sequência de outro *best-seller* alemão, *Der Brand (O Incêndio)*, do historiador militar Jörg Friedrich, cuja idéia central é mostrar os crimes de guerra cometidos contra os alemães pelas tropas aliadas, sobretudo os bombardeios aéreos realizados deliberadamente sobre áreas densamente povoadas e sem importância logística. Friedrich escora-se em seu currículo – ex-militante da esquerda alemã e pesquisador do Holocausto – para apresentar seu trabalho como “neutro”.

Nele, o historiador relata em detalhes as atrocidades resultantes da ação aliada, cuja impunidade deriva do simples fato de que vencedores de guerras, por definição, jamais são condenados como criminosos. Friedrich não é um revisionista como os falsos historiado-

res a serviço da negação do Holocausto e que fazem a defesa do regime nazista. Seu livro é uma incômoda novidade porque põe em primeiro plano, fartamente documentado, o sofrimento dos alemães, vistos em geral como algozes. O livro foi recebido na Alemanha de forma mista: enquanto esgotava nas livrarias, foi classificado de “lixo” por importantes jornais do país, porque viram no trabalho um desequilíbrio perigoso, uma quase absolvição dos alemães.

Para Aly, porém, a maioria dos alemães, não obstante seu sofrimento no final da guerra, foi conivente com as atrocidades hitleristas, sobretudo porque havia um monumental sistema de compensação, um “Estado de Bem-Estar Social” nazista. Nesse sentido, *Hitlers Volksstaat* serve de contraponto a *Os Carrascos Voluntários de Hitler*, polêmica obra do pesquisador americano Daniel Jonah Goldhagen que, em resumo, responsabilizou os alemães pelo Holocausto partindo do princípio de que todos eram anti-semitas prontos a matar judeus, desde que devidamente autorizados ideológica e moralmente pelo *establishment*.

Embora de formas distintas, em todos esses casos rompe-se um tabu que, pode-se dizer, estabeleceu-se no primeiro minuto após a rendição incondicional dos alemães aos Aliados. A posterior divisão da Alemanha, entre o bloco soviético e o ocidental, deu-se no contexto da contenção das pretensões stalinistas no continente, mas também da necessidade de impedir que surgisse, do vácuo de poder, uma poderosa Alemanha unificada e, pior, movida a nacionalismo chauvinista – que, de resto, já havia sido responsável pelos piores desastres da história contemporânea européia. “Era provocar os fados soltar-se uma Alemanha unida e neutra, tão pouco tempo após a guerra”, segundo avalia o ex-secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger em *Diplomacia*.¹

Uma das coisas que poderia “provocar os fados” era justamente realizar uma historiografia clara do nazismo, que fatalmente acabaria por imputar à maioria dos alemães a responsabilidade final do regime que os governou por 12 anos. Por essa razão, um historiador do porte do americano Raul Hilberg, o pai dos estudos do Holocausto, teve enorme dificuldade, na década de 50, para conseguir alguma editora que se interessasse em publicar o seu hoje clássico *A destruição dos judeus da Europa*, ainda não traduzido no Brasil. Por essa razão, também, ganhou status de verdade incontestável o poder “hipnotizador” do “monstro” Hitler em relação aos alemães. Tal rótulo, usado sobretudo no cinema norte-americano, dispensou por muitos anos a reflexão séria sobre o fenômeno nazista e tinha ainda a vantagem de inocentar os alemães comuns, cuja cooperação era necessária para a construção de uma Alemanha que fosse claramente alinhada aos interesses ocidentais.

De lá para cá, a ocidentalização definitiva da Alemanha, que culminou com a queda do Muro de Berlim em 1989, abriu caminho para que os historiadores afinal pudessem especular mais amplamente sobre as razões do nazismo, sem que isso representasse um risco

político e diplomático. A novidade, nos últimos tempos, é que são os alemães que estão na dianteira desse trabalho, e as teses de Aly aparecem, entre as tantas, como realmente inovadoras.

Sua idéia é que o nazismo se sustentou na Alemanha em grande medida porque financiou uma estupenda malha de proteção social com os bens pilhados das nações que invadiu e com o uso da mão-de-obra escrava dos “seres inferiores” internados em campos de concentração.

Aly descreve as “maravilhas” do Terceiro Reich: as viúvas dos soldados mortos em combate recebiam como pensão o dobro do que ganhavam as famílias dos militares britânicos e americanos mortos; o poder de compra era maior do que em tempos de paz; cerca de 80% dos alemães não pagavam impostos diretos; o número de feriados foi dobrado; as famílias eram estimuladas a ter uma casa no campo; demissões sem justa causa estavam proibidas. Diante de tudo isso, argumenta o historiador alemão, não surpreende que o Reich fosse amado, pois havia prosperidade sem necessidade de trabalho: o butim da guerra realimentava a máquina bélica e, acima de tudo, estimulava a convivência (quando não a cumplicidade) dos alemães comuns em relação a um regime declaradamente assassino.

A história mostra que um Estado como o descrito por Aly não poderia subsistir sem uma constante expansão física, e essa é uma explicação razoável não só para o perfil do Terceiro Reich, mas também para a sua decadência fulminante.

O totalitarismo, cujo centro é a mentira, só se sustenta dentro de um projeto de dominação planetária, uma vez que tudo aquilo que estiver fora de suas fronteiras ideológicas é naturalmente uma ameaça à sua existência. Hannah Arendt diagnosticou que os governos totalitários “consideram o país no qual galgaram o poder apenas como sede temporária do movimento internacional a caminho da conquista do mundo”.²

Nesse tipo de projeto, conceitos como “Estado” e “nação” são transitórios e secundários – o que importa é o “movimento” no sentido da realização da história, isto é, da constituição da sociedade perfeita, programada pela natureza. Por essa razão, a guerra, a conquista e a aniquilação dos seres considerados inferiores tinham o único propósito de acelerar a realização desse ideal natural, que de outra forma, na visão nazista, levaria milênios para ocorrer – não é por outro motivo que Hitler classificou seus domínios como “o império de mil anos”.

Já o modelo econômico nazista descrito por Aly repetiu, em certa medida, o da Roma Antiga, que se valia sobretudo de mão-de-obra escrava e entrou em decadência a partir do momento em que as conquistas territoriais que garantiam essa mão-de-obra estacaram,

conforme Perry Anderson.³ No caso do Reich alemão, as derrotas em território soviético deram início à implosão do pilar da economia do país, que, ademais, passou a centrar seus já escassos recursos na aceleração do extermínio dos judeus.

Aly argumenta que aos alemães não interessava saber de onde vinha nem de que maneira era obtida a riqueza que sustentava seu bem-estar, porque, afinal, o Terceiro Reich não só havia sido o responsável pela superação da imensa crise posterior à Primeira Guerra como também recuperara a auto-estima de seus antes humilhados súditos. O nazismo era, para boa parte dos alemães, uma forma de resistência a várias “ameaças”: o bolchevismo, os judeus, as normas estabelecidas, os religiosos, a elite. Essa “salada” ideológica atraiu gente de todas as classes e condições sociais, tornando o programa político do Partido Nacional-Socialista irrelevante, porque, nas palavras de Arendt, “todo programa político definido que trate de assuntos específicos, em vez de referir-se a ‘questões ideológicas que serão importantes durante séculos’, é um entrave para o totalitarismo”.⁴

A convergência de diversos tipos sociais da Alemanha na direção do nazismo foi mal interpretada pelo mais estridente dos estudiosos do papel dos alemães comuns no Holocausto, o americano Daniel Jonah Goldhagen, de Harvard. Em seu livro *Os carrascos voluntários de Hitler*, Goldhagen analisa a composição dos grupos responsáveis pelo extermínio de judeus no princípio do processo de aniquilação, ainda em sua fase “artesanal”, isto é, sem a sofisticação dos campos de concentração.

A partir desse exame, o pesquisador verifica que aceitaram o “trabalho” desde empresários até simples funcionários. Por essa razão, ele toma esse microcosmo como representativo de toda a sociedade alemã e afirma categoricamente que ninguém na Alemanha estava indiferente ao objetivo eliminacionista – e mais, que poucos no país se opuseram a ele ou deixaram de ajudá-lo, de uma forma ou de outra. O problema do trabalho de Goldhagen, duramente criticado por historiadores do porte de Hilberg, é que ele simplifica a questão do Holocausto atribuindo-o ao anti-semitismo atávico dos alemães, quando, na verdade, a Alemanha talvez não fosse mais anti-semita do que, por exemplo, a França.

A tese de Aly também sugere que os alemães foram cúmplices, e não vítimas, do regime assassino de Hitler, mas sua intenção subjacente é mostrar que os alemães aceitaram o regime menos por sua inclinação anti-semita e mais porque ele oferecia o sonho de uma hiperpotência paternal. É claro que colocar as coisas desse modo inocenta os alemães daquilo que constitui o centro de sua vergonha nacional, o racismo assassino. Aly propõe que os alemães sob Hitler aceitaram os crimes de seu governo porque foram “comprados” por benefícios jamais vistos na Alemanha. É o que poderíamos chamar de “totalitarismo de resultados”, que, visto por esse ângulo, poderia ocorrer em qualquer lugar do mundo.

Hitlers Volksstaat esvazia assim a singularidade da Alemanha nazista, o que também é um problema. No início do século XX, havia em toda a Europa partidos políticos que eram, entre outras coisas, anti-semitas, ao passo que a Alemanha era o único país em que funcionavam partidos cuja plataforma era exclusivamente anti-semita. Esse elemento indica que, se não era o único país em que o ódio aos judeus era um traço comum, a Alemanha era o *locus* preferencial do surgimento de um movimento anti-semita de caráter destrutivo e, principalmente, transnacional, visto que seu inimigo declarado, o judeu, não estava fixado em um único país.

Aly, na velha tradição do materialismo histórico, despreza esse aspecto para centrar suas energias na relação econômica do Terceiro Reich com seus súditos, com óbvios prejuízos para o entendimento geral do fenômeno. Por outro lado, seu trabalho, cuja consistência documental é incontestável, apresenta um elemento inteiramente novo ao debate que, até aqui, limitou o Holocausto a uma questão puramente racial. Pior para os alemães, porque uma parte dessa estrutura econômica que ajudou o nazismo a se cristalizar no poder subsiste na Alemanha atual. E, como Aly disse à revista *Der Spiegel*, nenhum político alemão pode defender abertamente seu desmonte sem que isso signifique perda substancial de votos. Ainda hoje, portanto, parte dos alemães não quer saber de que maneira o Estado manterá o imenso guarda-chuva social do país. Importa apenas que ele continue aberto.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e editor adjunto de Política Internacional da *Folha de S. Paulo*.

¹ KISSINGER, H. *Diplomacia*. 2 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1999, p. 544.

² ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 461.

³ ANDERSON, P. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 73-80.

⁴ Op. cit., p. 373.